

# CRISE CIVILIZACIONAL E DEMOCRACIA: OS NOVOS DESAFIOS DA MODERNIDADE?

Elimar Pinheiro do Nascimento<sup>1</sup>

## Introdução

Este ensaio tem como foco a identificação de ameaças à sobrevivência da democracia, em meio a um ambiente de crescentes incertezas provindas de uma situação marcada por um conjunto de crises contemporâneas, que Morin (2007 e 2011) entre outros, denomina de civilizacional. Aqui destacam-se a crise ecológica, principalmente, e a sociopolítica. Não se esquece que nos encontramos em meio a uma crise econômica, para alguns considerada como similar a dos anos 1930 (AGLIETTA, 2010). Uma situação talvez sem igual na sociedade moderna. O ensaio tenta identificar os vínculos entre a trajetória provável da crise ambiental e a reprodução da democracia. Supõe, o ensaio, que o desenrolar desta crise ambiental tensiona as contradições próprias da crise sociopolítica. Uma ameaça real e crescente à reprodução e consolidação do regime democrático no mundo. A ênfase territorial é a América Latina, e nela, dois países: Equador e Brasil, selecionados por seus contrastes não apenas territorial, demográfico e econômico, mas também político.

Para chegar ao foco do ensaio descrevo antes, e de forma sucinta, a crise ambiental. Na realidade, desenho mais as suas percepções, do que os processos empíricos propriamente dito. Em seguida, relato em que consiste o novo campo social que está se criando, resultado dos debates em torno do significado e dos desdobramentos da crise ambiental. A noção de campo é aqui usada no sentido criado usado por Bourdieu. Trata-se do campo interdisciplinar e polissêmico da sustentabilidade. Na terceira parte, adentro o tema central: as ameaças que pairam sobre a reprodução e consolidação dos regimes democráticos.

Há um evidente paradoxo intrínseco na eleição do objeto de reflexão. A democracia goza hoje de um prestígio sem igual na opinião mundial, e os regime democráticos se estenderam nos últimos quarenta anos a rincões antes hostis. A URSS se desfez, e com ela diversos regimes comunistas, restanto alguns poucos que parecem se direcionar para um regime democrático, embora com vagar, particularmente China e Cuba. As ditaduras na Europa e na América Latina se desfizeram, dando lugar a regimes democráticos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; O'DONNELL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1988). A democracia se expandiu na Índia, e em vários países africanos. Há espaços de resistências, porém são cada vez menores. Como entender que em uma dinâmica de expansão o autor se volte para as ameaças? Estas não são coisas do passado?

O núcleo de interesse maior do ensaio talvez resida nesse dilema: em meio à expansão democrática novas ameaças se erguem nos permitindo perguntar se ela sobreviverá ao século XXI (NASCIMENTO, 2011). São ameaças de natureza distinta, com proveniências diversas e dinâmicas diferenciadas. Nem todas as ameaças tem o mesmo valor ou possibilidade de impacto, nem todas tem a mesma velocidade de se concretizar. Mas, aparentemente, se somam, se articulam para produzir um sentimento de insegurança, sobretudo se a crise ambiental se acelerar. Iniciam-se com as manifestações que emergiram em todo o mundo, desde a primavera árabe no norte da África, até as recentes manifestações neste mês de junho de 2013 na Turquia e no Brasil, passando pelo movimento de Ocupe Wall Street nos Estados Unidos e Indignados na Espanha.

---

<sup>1</sup> Sociólogo, professor associado II do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (Unb).

## I. Os fundamentos socioeconômicos da crise política

Nos últimos trinta anos o mundo conheceu uma extraordinária mudança. Após as duas crises do petróleo dos anos 1970, recuperou gradativamente seu dinamismo econômico, que resultou nos exuberantes anos 90 (Stiglitz, 2003), e veio a se esgotar apenas em 2008 com a crise imobiliária norte-americana que repercutiu no mundo inteiro, levando-o a uma crise econômica-financeira sem precedentes, por alguns comparada à crise dos anos 1930 (AGLIETA, 2010). Nesse período três fenômenos transversais às sociedades ocorreram em quase todo o mundo com em ritmos e efeitos diferenciados (NASCIMENTO, s/d). Trata-se da terceira revolução científica-tecnológica (SCHAFF, 1990), a nova fase da globalização (CHESNAIS, 1996) e a vitória de uma nova vertente de liberalismo, denominada por alguns de neoliberalismo (AUDIER, 2012). Embora distintos, estes fenômenos se articularam para configurar uma nova sociedade denominada ora como sociedade em rede (CASTELLS, 1999), ora como sociedade do conhecimento (BELL, 1992), ora sociedade de risco (BECK, 1986) ou mesmo líquida (BAUMAN, 2003).

Cada um dos autores supracitados tentaram compreender e explicar as mudanças na sociedade, que se aceleraram no último quarto do século passado (SALMON, 2002). Aspectos da transformação como a transitoriedade das relações e processos sociais (BAUMAN, 2006); o crescimento e incerteza do risco, como resultado do avanço tecnológico; os efeitos da produção e disseminação do conhecimento no processo produtivo, educativo e político; os impactos da conectividade nas diversas dimensões humanas, afetivas, profissionais, políticas, entre outros.

Em particular as dimensões social e política sofreram transformações consideráveis com a terceira revolução científica tecnológica, pois o *locus* da mudança deslocou-se do espaço clássico da política (partidos e parlamento) para o espaço da inovação e disseminação tecnológica. Hoje, mais do que as decisões políticas o nosso cotidiano, nossas relações, representações e expectativas são modificadas pelas invenções tecnológicas como telefone celular, microcomputador, tablets, internet e os múltiplos programas que os acompanham.

A conectividade, um dos resultados da terceira revolução científica e tecnológica, tornou o mundo menor. Os eventos e processos sociais passaram a se auto-influenciar com mais rapidez. As ideias e símbolos passaram a se disseminar com velocidade nas diversas culturas, mudando as representações e expectativas sociais dos diversos atores, individuais e coletivos. Com isso as tensões aumentaram no interior dos países. No caso dos países árabes, de cultura muçulmana, com estado teocráticos ou de grande influência religiosa, as informações do Ocidente democrático passaram a circular com mais penetração e rapidez para o “bem” ou para o “mal”. Ou seja, no sentido de alimentar as esperanças democráticas, sobretudo dos jovens, ou de reforçar o fundamentalismo religioso. A primavera árabe é um de seus filhos, mas também a nova face do terrorismo internacional, cuja expressão maior foi o 11 de setembro. Novas resistências à compreensão do regime democrático criado no Ocidente se ergueram, e se somaram, as já tradicionais.

A conectividade criou um outro problema para os sistemas políticos. A rápida produção e circulação de informações, com o aumento extraordinário do acesso, acelerou e aprofundou o fosso entre representantes e representados, na medida em que estes passaram a ser mais exigentes. Pois, junto com a conectividade veio o aumento da escolaridade, facilitando a interpretação das informações acessadas, a formação de opiniões diferenciadas. O formato da representação política, criada ainda nos séculos XVIII/XIX, ingressou em uma dinâmica veloz de perda de validade.

Duas reações maiores sofreram um incremento com esses processos: a apatia, a fuga ao privado, a ausência de estímulo à participação, com a descrença na eficiência do sistema político; a ira, com os protestos que se disseminam no mundo inteiro, contra qualquer autoridade pública no poder. A indiferença e a recusa passaram a ser comportamentos ambíguos e constantes, sucedendo-se um a outro de maneira relativamente errática.

Finalmente, para ficar em alguns exemplos maiores, a globalização, com a integração dos sistemas financeiros, com a internacionalização do processo produtivo e a formação de atores globais, ampliou a cena da política e reduziu o papel do Estado. A dimensão nacional, embora ainda presente e relevante, perdeu prestígio, e suas instituições perderam eficiência na governabilidade e legitimidade.

O mundo mudou, muito e velozmente, nos últimos trinta anos, sem que nossas instituições políticas tenham acompanhado essas mudanças. Uma defasagem de tempo e espaço se desenhou colocando novos desafios que as sociedades ocidentais, mas não só, têm sido incapazes de responder. A crise econômica-financeira de 2008 apenas agravou um quadro já pré-existente. A crise econômica-financeira veio, assim, a se somar a crise do sistema político, que é também uma crise social e de valores.

Contudo, não devemos nos assustar com o termo crise. Ela é inerente à sociedade moderna. A modernidade tem no movimento a sua forma de existência. E a crise lhe é intrínseca. Afinal, as ciências sociais, e em particular a sociologia, foram criadas para explicar as mudanças que ocorriam na sociedade ocidental com a industrialização e urbanização. Mudanças que criavam novas relações e representações sociais, novas moralidades, novos valores e estilos de vida. E essas mudanças sempre introduzem o novo, destruindo o velho, alimentando um sentimento de insegurança entre os novos cidadãos desta sociedade moderna (TOURAINÉ, 1992 e 1997).

## II. Limites do crescimento e crise ambiental

Há, hoje, uma vasta, e não muito nova, literatura que defende a ideia de que a Humanidade está envolta em uma crise ambiental sem precedentes. Os prenúncios desta percepção encontram-se nos inícios da segunda metade do século XX com os trabalhos da bióloga e escritora Raquel Carson, entre os quais destaca-se *Silent Spring* (1962). Dez anos depois foi a vez do também famoso *The Limits to Growth* (1975), encomendado pelo Clube de Roma e coordenado por Donella H. Meadows, cientista e também escritora norte americana. Com seu marido Dennis Meadows e o norueguês Jorgen Randers publicaram, posteriormente, um balanço da situação do mundo em 1992 (*Beyond the limits*) e outro em 2002 (*Limits to Growth: 30 - years update*), este, publicado no Brasil em 2007 pela Qualitymark. Ao contrário do que muitos pensam *The Limits to Growth* não propõe o decrescimento ou parar o crescimento econômico a qualquer custo. Seu objetivo foi o de desenhar cenários (12 no total) resultantes do uso dos recursos naturais e fontes de energia, em meio ao crescimento demográfico e do capital físico, examinando quais as suas prováveis consequências. Nos piores destes cenários apenas a partir de 2030 o mundo iniciaria uma trajetória de risco de colapso, uma inflexão econômico-ambiental. Período, portanto, de quase 60 anos, tempo suficiente, segundo os autores, para se tomar as devidas medidas de contenção do uso de recursos naturais e fontes de energia finitas, mudando o padrão de produção e consumo. O texto original erguia o conceito de “retrições ecológicas globais”, que pareceram na época como absurdas, mas, ao longo do tempo, foram sendo gradativamente aceitas. Hoje, ninguém mais se espanta e poucos contestam esta noção, embora ainda persista uma grande discordância ou desconfiança sobre os possíveis impactos do uso desmesurado dos recursos naturais.

Muitos trabalhos foram publicados entre as décadas de 1970 e 1990. Poderia citar, entre outros, o artigo seminal de Arne Naess, o pai da ecologia profunda, *The shallow and deep, Long-range ecological Movement*, em 1973. Nos anos 1990 Mathis Wackernagel e colaboradores mediram a pegada ecológica do mundo e chegaram a conclusão que naquela época a humanidade já havia ultrapassado em 20% a capacidade de suporte do planeta. Para os autores de *Limites do Crescimento* o desafio no início desse século passou a ser a construção da sustentabilidade e, para isso, “a humanidade precisa aumentar o consumo nos países pobres e, ao mesmo tempo, reduzir a pegada ecológica total”.

Outros dois trabalhos ganharam relevância, um ainda na década de 1970, e outro na seguinte. Um por seu aporte teórico (*The Entropy Law and the Economic Process*. Harvard ed, 1971, recentemente

publicado no Brasil pela editora senac SP) e, outro, por seu impacto mediático (*Our common future*. ONU, 1987).

O primeiro, da autoria do romeno-americano Nicholas Georgescu-Roegen, matemático e estatístico, permitiu o desenvolvimento do que hoje se conhece como Economia Ecológica, cujos adeptos se distribuem por todo o mundo, entre eles Herman Daly (EUA), Martinez Alier (Espanha), e no Brasil, Peter May, José Eli da Veiga, Maurício Amazonas e Clovis Cavalcanti, o atual presidente de honra da Associação dos Economistas Ecológicos. A tese central de Georgescu-Roegen (2013) é de que na produção econômica (que se deveria chamar transformação), mesmo se alcançado o limite termodinâmico da eficiência, ela fica dependente do provedor de recursos naturais (capital natural). Ora, tanto a eficiência termodinâmica quanto os recursos naturais têm seus limites. Esquecer a finitude dos recursos materiais é imaginar que possamos nos passar sem eles.

O segundo texto, resultado de uma comissão da ONU dirigida pela ex-primeira ministra norueguesa Harlen Gro Brundtland (1987), consagrou a ideia do desenvolvimento sustentável como aquele que “assegura a satisfação das necessidades da humanidade hoje e no futuro“. A expressão desenvolvimento sustentável venceu a de ecodesenvolvimento, cunhada pelo dirigente da Rio92, Maurice Strong, e desenvolvida por Ignacy Sachs (2011), e tornou-se moeda corrente em toda mídia, nos meios políticos e empresariais. Todos, e todas, de um dia para o outro, tornaram-se adeptos da sustentabilidade.

A ideia dos limites do crescimento, e a necessidade de se redirecionar, transformar ou abandonar o modelo de desenvolvimento vigente, foi acrescida da ideia de uma crise ambiental, objeto de uma imensa literatura produzida por Universidades, Institutos de Pesquisa e ONGs no mundo inteiro, cujo repertório de indícios não para de crescer: aquecimento global, redução das geleiras nos polos, elevação do nível do mar, dessertificação, escassez de recursos hídricos, poluição urbana, ciclo de nitrogênio, extinção da biodiversidade, erosão, esgotamento do solo, aumento de eventos climáticos críticos (tempestades, furacões, seca), migrações ecológicas e conflitos socioambientais. Com perdas econômicas que devem alçar os bilhões senão trilhões de dólares.

### **III. O campo da sustentabilidade**

Com essa montanha de trabalhos científicos, seguida de pronunciamentos políticos, reuniões multilaterais, congressos e simpósios, além de manifestações de rua criou-se, ao longo dos últimos 50 anos, um novo campo, no sentido utilizado por Bourdieu: “O campo é uma rede de relações (de dominação ou de subordinação, de complementariedade ou de antagonismo etc) entre posições” ocupadas (e tecidas) por atores que o habitam. Cada campo, como um espaço social definido e diferenciado, é possuidor de uma lógica própria e distinta de outros, que lhe atribuem uma singularidade. Em artigo publicado no livro que Lená e eu organizamos denominei esse novo campo de sustentabilidade (NASCIMENTO, 2012). Essa hipótese, pois disso é que se trata, está respaldada no fato de que o campo da sustentabilidade, apesar de sua imensa polifonia, tem regras próprias de ingresso, regularidades próprias do jogo, agentes identificáveis, capitais específicos e formas de desempenho e reconhecimento que lhes são exclusivas. Ele tem, entre outras, duas regras fundamentais: uma, de ingresso e outra, de uso da palavra (e direito de escuta).

A regra de ouro de ingresso no campo da sustentabilidade é a crença de que existe uma ameaça. Ou seja, o ator que não crê que paira sobre nós, em decorrência da crise ambiental, uma ameaça não pertence ao campo. Sua crença, pois é disso que se trata, é a senha de entrada, o selo de pertencimento. E, esta, pode ser identificada na literatura corrente em quatro tipos.

A primeira maneira de definir a ameaça é de que o nosso planeta pode ser destruído como resultado da ação antropocêntrica. Esta ameaça é algo muito pouco provável, e felizmente com poucos adeptos, que parece espelhar mais a nossa arrogância do que nossos conhecimentos a respeito do funcionamento da

terra. O único caso em que isso poderia ocorrer talvez fosse aquele em que explodíssemos todas as bombas atômicas ao mesmo tempo, e suas explosões fossem capazes de deslocar o nosso planeta de sua órbita, levando-o a uma possível fragmentação, ou produzindo uma camada que reduziria drasticamente a penetração dos raios solares levando a terra a um esfriamento imediato, a semelhança do meteorito que provocou a extinção dos dinossauros. Mas a crise ambiental ou ecológica não se refere a esta hipótese.

A segunda maneira de conceber a ameaça que pairaria sobre nossas cabeças é a de que a vida no planeta seria extinta. Aparentemente, uma crença pouco consistente, ou provável. Nosso planeta já conheceu períodos de grande extinção das espécies, um deles em era glacial datada de alguns milhões de anos, da qual restaram apenas 5% das espécies então existentes, que depois se recuperaram com a abundância que conhecemos na Amazônia e outras florestas. Um processo de aquecimento previsto entre 2 a 5 graus não teria condições de extinguir muitas das espécies existentes. Só para lembrar, algumas bactérias vivem a temperaturas em torno de 70 graus, aparentemente, lépidas e fagueiras.

A terceira ameaça, constante da literatura, seria a da extinção do gênero humano. Seria a segunda forma que os homens teriam produzido de se autodestruir, a primeira tendo sido a criação da bomba atômica em meados do século passado. Aqui já adentramos o terreno da probabilidade e deixamos o da possibilidade ou falso temor. Neste caso seria necessário um processo muito radical e elevado de aquecimento, pois deve-se imaginar que as zonas polares que possuem temperaturas muito inferiores as da zona equatorial, teriam temperaturas condizentes com a sobrevivência de pelo menos parte importante de nossa espécie. Quando tomamos conhecimento do se que passou no paralelo 17 no Vietnã, em que os vietnamitas criaram verdadeira cidade no subsolo, onde viviam ao abrigo das bombas americanas, não é difícil imaginar que os homens se adaptariam a estas novas condições climáticas. Claro que em meio a conflitos agudos, afinal, não haveria espaço confortável para todos.

A quarta e última ameaça, normalmente constante da literatura, é a mais provável: piora considerável de nossas condições de vida, com perdas econômicas, mas sobretudo humanas, significativas. Assistiríamos, nesse cenário, a um forte processo de migração ecológica, elevação dos preços e redução da oferta de alimentos, com aumento de conflitos e disputa acirrada pelo acesso a recursos naturais, agora mais escassos. Sobretudo se consideramos que isso se dará quando a humanidade estiver chegando a 9 bilhões, dentro de 20 anos, durante os quais cerca de 120 a 150 milhões de pessoa, anualmente, estarão acessando ao mercado consumidor, ou seja, transformando-se em nova classe média, particularmente na Ásia.

Em face dessas ameaças os participantes do campo da sustentabilidade – indivíduos, grupos, partidos, associações, ONGs, governos e empresas, entre outros - têm se agrupado em torno de três soluções. Condição *sine qua non* da fala neste campo. Embora elas não sejam essenciais para a compreensão do objeto que aqui desenvolvo - a relação entre a crise ambiental e a democracia - desenham o seu contexto, facilitando sua compreensão.

A primeira resposta agrupa-se em torno da corrente que defende a solução tecnológica. Nessa concepção a crise ambiental se faz em torno de recursos naturais definidos e substituíveis ou tecnicamente superáveis pela disputa de mercado, em que a escassez de um produto ganhará novos preços e, conseqüentemente, substitutivos. Assim, a escassez de recursos hídricos potáveis (água doce) será gradativamente solucionada pela conversão, economicamente viável e disseminável, de água salgada em doce. A finitude dos combustíveis fósseis será vencida pela disseminação da energia nuclear, solar, eólica, hidrogênio ou outras. O caminho, portanto, é o investimento tecnológico na solução dos problemas que irão surgindo em nossa trajetória (produtos ou processos). A solução reside, portanto, nos mecanismos de mercado, particularmente ao estímulo de inovação tecnológica e aos processos de precificação. O prêmio Nobel de economia, Robert Solow (1956), é o grande representante desta corrente.

A segunda vertente de pensamento que propõe soluções à crise ambiental, encontra-se na vertente institucional e dominante do desenvolvimento sustentável, presente nos governos e organismos multilaterais e objeto de inúmeras reuniões, protocolos, resoluções e acordos, defendida pela ONU, governos e empresas, mas também inúmeras ONGs. Julga, no essencial, que o estabelecimento gradativo de uma governança ambiental, com medidas aplicáveis a todos os países, nos conduzirá a adoção de medidas globais suficientes para deter o processo de deterioração ambiental, incluindo o acúmulo de gases de efeito estufa motivadores do aquecimento global. De fato, apesar das críticas constantes, muitas medidas foram adotadas e modificações introduzidas nas políticas públicas e nos processos produtivos.

A terceira corrente propositiva forma-se a partir da constatação de que as duas soluções anteriores não são suficientes. Hoje, a matriz energética mundial modifica-se (crescimento das fontes limpas), vários produtos demandam menos recursos naturais em seu processo produtivo (desmaterialização), mas a produção de gases de efeito estufa aumenta, o uso de recursos naturais também (efeito rebote), assim como, a degradação do solo e a redução da biodiversidade. O planeta torna-se, a cada dia, mais perigoso e mais pobre. Ela reúne-se em torno do movimento do decrescimento que nasce da economia ecológica e de outras fontes. Juntamente com Gisella Colares examinamos as fontes intelectuais deste movimento (2009), entre outros Ivan Ilitch, François Partant, Jacques Ellul, André Gorz e, mais recentemente, Alain Cailé. Por sua vez, Boccato-Franco e Nascimento descreveram como ela se manifesta e ganha corpo no Brasil (*O decrescimento no Brasil, 2013*). Em resumo, esta vertente prega a redução de consumo entre os ricos, não importa onde estejam, por meio de ação de mudança sociocultural expressa nos Rs: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, redefinir, reciclar, reutilizar preconizados por Serge Latouche (2006). Ao mesmo tempo em que se eleva o consumo dos mais pobres ao nível da dignidade humana.

Evidentemente que o campo de respostas é muito mais amplo, e o que apresento acima é uma imensa simplificação, que dá apenas uma pálida ideia de macrorespostas às ameaças. Não cito várias outras, como a vertente do ecosocialismo de Michael Lowy (2012), por exemplo. Em cada uma dessas macrorespostas ou soluções, por sua vez, há inúmeras proposições distintas, inclusive contraditórias. De certa forma, elas privilegiam esferas distintas da sociedade como *locus* da mudança, embora a esfera econômica seja transversal a todas elas. Assim, a primeira vertente enfatiza a dimensão tecnológica e de mercado, a segunda vertente a dimensão governamental, com ênfase na governança mundial, e a última, a esfera sociocultural.

#### **IV. Ameaças à democracia**

O objeto desse ensaio não é tanto essas macrorespostas, suas coerências e pertinências, embora seja tema muito intrigante, mas antes o de acrescer às quatro ameaças anteriormente citadas mais uma, que, de certa forma, tenderia a impactar também as macrorespostas, porque enfatiza uma dimensão essencial do humano, e parcialmente por elas negligenciadas, a política. Em que consiste esta quinta ameaça? Em resumo: no risco de que a crise ambiental, caso venha de fato a se agravar, relegue às calendas gregas uma das maiores aquisições da sociedade moderna, a democracia. A suposição desta ameaça é de que a solução da crise ambiental, as medidas que ela exige para fazer face aos desgastes são relativamente incompatíveis com a temporalidade e os processos de decisão que marcam os regimes democráticos, com eleições e alternâncias políticas, prisioneiras do quadro nacional e de temporalidades curtas. Esta incompatibilidade tenderia a agravar processos que atualmente já corroem e ameaçam a reprodução democrática. E de forma paradoxal, pois em nenhum momento da história moderna os países e os povos aderiram tanto e tão amplamente à democracia.

A democracia é uma das mais belas invenções da sociedade moderna. Não é algo completamente novo, com suas raízes enclavadas na Grécia Antiga, nem nasceu de repente, resultado de um longo processo

social que ocorreu na Europa entre os séculos 18 e 20. Trata-se do que Luciano Oliveira nos lembra: um regime que se nutre da incompletude de nossa experiência de humanos, não para resolver os conflitos por definitivo, mas para nos permitir sua gestão, como algo intrínseco à sociedade humana (2013).

A democracia transformou-se, juntamente com a economia capitalista, no projeto europeu da modernidade, que se disseminou no mundo de maneira desigual. O capitalismo (economia de mercado) vingou um pouco em toda parte, a democracia encontrou mais resistências. A novidade é que essas resistências parecem crescer hoje em dia, apesar da esperança que a Primavera Árabe suscitou na opinião pública ocidental recentemente.

A grande pergunta, em face de um possível agravamento da crise ambiental é: a democracia sobreviverá? Os cinco principais argumentos que fundamentam a pergunta e alimentam a desconfiança quanto a uma resposta positiva e inequívoca estão relacionados nos parágrafos seguintes. Não são os únicos. Os primeiros têm a ver com as mudanças estruturais da sociedade moderna abordadas no início deste ensaio, e apenas o último têm uma relação direta com a crise ambiental. Todos têm relevância, mas ganham maior dimensão e periculosidade real em um quadro de crise ambiental.

Primeiro, a capacidade de representação e funcionalidade do espaço político democrático parece declinar em várias partes do mundo, particularmente em países desenvolvidos. As suas instituições e atores, como os partidos políticos e os governos, não são, aparentemente, capazes de responder às demandas de seus povos. Aos poucos, as pessoas se afastam da política, não se reconhecem nos políticos e abominam os governantes. A apatia política se alastra na Europa e nas Américas, e se alterna com manifestações de protesto e de repúdio às autoridades constituídas, como as manifestações dos “indignados” na Espanha, Portugal e França. As vezes a recusa à política se manifesta em votos de protesto como recentemente na Itália. No Brasil, por ocasião das eleições de outubro de 2010, metade da população declarou que vota apenas porque o voto é obrigatório.

O segundo argumento é mais estrutural do que conjuntural e diz respeito a outra parte do mundo. Diversos povos e culturas do Sul têm enormes dificuldades de se reger sob o regime democrático ocidental. O mundo islâmico parece-lhe impenetrável. Com algumas exceções, como a Índia, a Coreia do Sul e o Japão, a democracia é uma estranha na Ásia, e igualmente na África, e mesmo em partes da América Latina, onde ela morre e renasce constantemente. Por isso, paradoxalmente tem dificuldades, também, de se consolidar no continente americano. A resistência advém, em geral, de traços culturais de povos nativos que compreendem os processos decisórios, de representação e participação, de maneira distinta. Para alguns autores, como Daron Acemoglu e James Robinson (2012), as razões são mais de ordem institucional que cultural. Para estes autores estes países são dotados de instituições exclusivas e não inclusivas, instituições autoritárias e excludentes, pouco afeitas ao pluralismo.

Em terceiro lugar, há um claro deslocamento, nos países sob regime democrático, do processo decisório do espaço público para o espaço privado. Cada vez mais as verdadeiras decisões residem nas direções das empresas multinacionais que controlam governos, organismos multilaterais e a mídia. As ações no espaço público da política tornam-se cada vez mais ritualísticas, despidas de sentido e eficácia. Ladislau Dowbor (2012) recentemente disseminou estudo realizado pelo *Federal Swiss Technology Institute* (ETH) de Zurich, no qual consta o primeiro mapa da rede global de controle das corporações (*The network of global corporate control*). 737 grupos controlam 80% do universo das grandes corporações transnacionais. Um núcleo duro de 147 corporações controla 40% da economia mundial, e quase todas são corporações financeiras. No Brasil desenvolve-se estudo similar: <http://proprietariosdobrasil.org.br>. O argumento não é novo, e está presente desde a época das discussões sobre a troca desigual (EMMANUEL, 1972), a constituição das empresas multinacionais, a teoria de dependência nos anos 1960/1970 (FRANK, 1980), mas ganhou agravantes com o processo de globalização que tem inícios nos anos 1980. O novo, porém, são os detalhes e a precisão das informações. Friedman (2005) chega a sugerir que a disputa entre países capitalistas e socialistas teria

sido substituída, após a queda do muro de Berlim, pela disputa entre os países inseridos na globalização e os excluídos (ou auto excluídos). A inserção global funcionaria como obstáculo aos países entrarem em guerra por disputa de mercados, como nos tempos pretéritos, enquanto a não inserção alimentaria o terrorismo internacional e novas tensões, como as que se desenham vez ou outra em torno da Coreia do Norte e do Irã.

O quarto argumento é ainda mais delicado, e despido de maior coesão ou aceitação entre os cientistas sociais. O espaço da política deixa gradativamente de ser o espaço originário das mudanças sociais. Todo o século 20 foi regido pelas mudanças provocadas pelo (e no) espaço da política, opondo-se ou afirmando a democracia, desde a revolução russa, passando pelo nazismo e a vitória dos aliados em 1945, até as independências africanas nos anos 1960. Esse período encerra-se em 1989 com a queda do muro de Berlim, último acontecimento político de monta do século 20. Desde então, é o espaço das inovações tecnológicas a origem das mudanças sociais — ele cria uma nova noção de tempo e espaço, introduz novos valores e desfaz antigos. Nosso cotidiano tem sido constantemente modificado, há mais de 25 anos, por invenções e novos dispositivos disseminados no mundo, e em múltiplos aspectos e ferramentas como o computador, os telefones celulares, a internet, a nanotecnologia, a biotecnologia, a ciência cognitiva etc.

Finalmente, a crise ambiental suscita dúvidas sobre a capacidade de os regimes democráticos implantarem políticas consistentes para enfrentar os riscos das mudanças climáticas. Opinião de um número crescente de intelectuais, entre os quais Hans Jonas (1990 e 2011). De fato, o enfrentamento da crise ambiental supõe medidas que parecem não se coadunar com um regime político prisioneiro do quadro nacional, com governos que tem temporalidade curta (quatro a seis anos) e submetidos a uma lógica de reprodução que compreende a resposta a demandas imediatas (geração de emprego, por exemplo) ou opostas ao enfrentamento da crise ambiental (crescimento do consumo ostentatório ou falsamente necessários). A razão central parece residir no antagonismo entre a temporalidade da dinâmica política e do enfrentamento da crise ambiental. Uma funciona com um parâmetro de meses e a outra de décadas. Uma asseguraria a liberdade e a outra a sobrevivência. O problema é que na escolha entre as duas opções parece não existir dúvidas quando, tornando-se excludentes, os homens tiverem que optar. Alguém duvida que a sobrevivência será a escolhida?.

## **V. O caso latinoamericano: Equador e Brasil**

Evidentemente, as ameaças à democracia não ocorrem de repente, nem da mesma maneira nos diversos países. Não se trata de um evento, mas de um processo, que toma tempo, constitui trajetória e assume configurações distintas. E na América Latina não é distinto. Em sua diversidade o fenômeno das ameaças se posiciona diferentemente. Tomemos dois casos extremos, por sua história, composição étnica, cultura, demografia, extensão territorial entre outros, o Equador e o Brasil.

O Equador conheceu recentemente, como poucos países, uma mudança política, saiu de um regime claramente neoliberal para um regime democrático e popular. Hoje encontra-se em pleno processo de transformação social rápida. Com uma nova constituição e novas noções de direitos, que inclui entre os seus sujeitos, de maneira inédita, a natureza.

Em contrapartida o Brasil que se encontram sob regime democrático há mais de um quarto de século, tem um governo desenvolvimentista que igualmente tem provocado mudanças sociais rápidas. Milhões de pessoas saíram da miséria absoluta para um estado de pobreza, e outro tanto saiu da pobreza. Puma nova classe média se constitui gradativamente, e coisa inédita a redução da pobreza é acompanhada da redução da desigualdade.

## **A título de conclusão**



Esses processos, que ocorrem desigualmente nos diversos países, se articularão com força suficiente para ameaçar com envergadura a democracia? No caso do agravamento da crise ambiental, e sua junção com a crise social, econômica e política que diversos países conhecem hoje, haverá o risco de extinção da democracia tal como a conhecemos hoje atualmente? De fato, essas são ameaças reais ao processo de reprodução democrática, ou simples obstáculos em seu percalço, como outros já se ergueram e foram superados? E o que poderá vir em seu lugar, caso a democracia pereça?

Essas e outras são questões de longo prazo que se colocam ao analista social e observador atento das dinâmicas políticas. Um problema hoje para os afeitos à prospectiva, e amanhã a todos os cientistas sociais e cidadãos.

Nesse quadro, a América Latina teria alguma contribuição distinta a fazer? O simbolismo inerente ao *Buen Viver*, ou ao Decrescimento, poderia se constituir em um dos aportes para uma saída que mude nossa civilização, mas introduza novos valores de solidariedade e respeito em meio às enormes diferenças históricas, culturais, econômicas e políticas de que somos detentores?

Espero que essas poucas reflexões se somem a outras e sejam úteis para a compreensão dos macroprocessos em que estamos inseridos e, sobretudo, para a construção de novas respostas.

## Referências

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

AGLIETTA, Michel. La crise: les voies de sortie. Paris: Michalon, 2010.

AUDIER, Serge. Néo-libéralisme: une archéologie intellectuelle. Paris: Grasset, 2012

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. São Paulo: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_ Vies perdues. La modernité et ses exclus. Paris: Payot, 2006

BECK, Ulrich. La société de risque. Sur la voie d'une autre modernité. Paris: Aubier, 1986.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1992.

BOCCATO-FRANCO, Alan e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. O decrescimento no Brasil. Brasília, 2013 (enviado para a revista Ibero americana de economia ecológica, aguardando pareceristas).

BRUNDTLAND, Harlen Gro. Our common future. New York, ONU, 1987.

CARSON, Rachel. Silent Spring. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CASTELLS, Manuel. A era da informação. Volume 1. A sociedade em rede. Vozes, Petropolis, 1999.

CHESNAIS, François (Org.) La mondialisation financière. Gênes, coût et enjeux. Paris: Syros, 1996.

COLARES, Gisella e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Décroissance: qual a consistência? VIII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Cuiabá, 2009.

DOWBOR, Ladislau. A rede do corporativo mundial. [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org), 2012, acessado em 20 de junho de 2013.

EMMANUEL, A. *L'échange inégal. Essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: Maspero, 1972

FEDERAL SWISS TECHNOLOGY INSTITUTE (ETH). *The network of global corporate control*. Zurich, 2010

- FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FRIEDMAN, Thomas L. O mundo é plano. Puma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O Decrescimento: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Senac, 2013 (The Entropy Law and the Economic Process. Havard ed, 1971)
- JONAS, Hans. Le principe responsabilité. Paris: Ed. du Cerf, 1990.
- \_\_\_\_\_ Évolution et liberté. Paris: Rivages poche, 2011.
- LATOUCHE, Serge. Le paris de la décroissance. Paris: Fayard, 2006.
- LOWY, Michael. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista In LENA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Denis; RANDERS; Jorgen; BEHRENS III, Willams W . The Limits to Growth. A report for The Club of Roma. Project on the Predicament of Mankind. London: Patomac Associate Book, 1975..
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Denis; RANDERS; Jorgen. Beyond the Limits. New York: Chelsea Green Publishing Company, 1992.
- \_\_\_\_\_ Limites do crescimento. A atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007
- MORIN, Edgar. Vers l'abîme? Paris: L'Herne, 2007
- \_\_\_\_\_ La voie. Pour l'avenir de le l'Humanité. Paris: Fayard, 2011.
- NAES, Arne. The The shallow and deep, Long-range ecological Movement. Inquiry, 16, 1973, p 95-100..
- NASCIMENTO, Elimar. A democracia sobreviverá ao século XXI? Correio Braziliense, maio 2011.
- \_\_\_\_\_ Sustentabilidade: novo campo da disputa civilizacional. IN LENA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- \_\_\_\_\_ Coetaneidade e transversalidade na sociedade atual: um exercício de distinção. In CASTRO, Vanessa e Wehrmann, Magda. Esquina da sustentabilidade. Brasília: Editora da UnB, no prelo.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHIMITTER, Philippe. Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (Org. ) Transições do regime autoritário. América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Luciano. Claude Lefort e a democracia: uma visão contra o senso comum. *Será? Penso, logo duvido*, 2013. Acessado em 01 de julho de 2013.
- SCHAFF, Adam. A sociedade informática. São Paulo: UNESP/ Brasiliense, 1990
- SACHS, Ignacy. A terceira margem. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cia das letras, 2011
- SALMON, Jean Marc. Um mundo a grande velocidade. Lisboa: Ambar, 2002.
- SOLOW, Robert. A Contribution to the Theory os Economics Growth. In The Quarterly Journal of Economics, 70 (1), 1956.

STIGLITZ, Joseph E. Os exuberantes anos 90. Uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

TOURAINÉ, Alan. Critique de la modernité. Paris: Fayard, 1992.

\_\_\_\_\_ Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents. Paris: Fayard, 1997

WACKERNAGEL, Mathis e REES, William E. Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth. New Society Publishers, 1996